

1. Julgue as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta.
 - I. Ao dispor sobre as espécies de garantias admitidas na Cédula de Crédito Bancário, a Lei 10.931/2004 restringiu a garantia real sobre bens imóveis à Alienação Fiduciária, excluindo a ultrapassada Hipoteca.
 - II. A Cédula Rural Pignoratória, por conter garantia real sobre coisa móvel (penhor), será registrada no Registro de Títulos e Documentos.
 - III. Cédula de Crédito Bancário é título de crédito emitido por pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira ou de entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade.
 - IV. A Cédula Rural Pignoratória e Hipotecária deverá ser registrada no Registro de Títulos e Documentos, para constituição da garantia sobre bem móvel (penhor), e no Livro 2 do Registro de Imóveis, para constituição da Hipoteca.
 - a) Todas as afirmações são falsas.
 - b) Apenas a afirmação III é verdadeira.
 - c) As afirmações I e III são falsas.
 - d) As afirmações I e IV são falsas, enquanto as afirmações II e III são verdadeiras.
2. Em Formal de Partilha expedido em 12/12/2008, foi declarado que o autor da herança, João da Silva, divorciado, faleceu em 05/05/2005. A atribuição dos bens aos “herdeiros” foi efetuada na seguinte proporção: a) 25% para Ana; b) 25% para José; c) 12,5% para Patrícia; d) 12,5% para Jonas; e) 25% para Amélia. Segundo petição contida no título, tal atribuição de quinhões aconteceu dessa forma porque um dos filhos de João faleceu em 06/05/2005, sendo chamados à sucessão Patrícia e Jonas, netos do autor da herança, pelo direito de representação. O Oficial do Registro de Imóveis, ao examinar esse Formal de Partilha, deverá:
 - a) O título contém todas as peças obrigatórias de um Formal de Partilha e a decisão judicial já transitou em julgado, de forma que não pode ser reformada. Na qualificação de Títulos Judiciais, não cabe ao Oficial de Registro exercer exame para além dos requisitos formais do título.
 - b) Redigir Nota Devolutiva, informando ao interessado sobre a impossibilidade de registro do Formal de Partilha, na condição em que se encontra, recomendando sua retificação, o que poderá se dar em juízo, ou de forma extrajudicial, através de Escritura Pública lavrada por Tabelião de Notas, se em conformidade com os dispositivos da Lei 11.441/07.
 - c) Registrar a partilha, pois a atribuição dos quinhões obedece à ordem de vocação hereditária e à divisão legal da herança.
 - d) Sabendo que o “título judicial submete-se à qualificação registrária [...] não incorrendo em qualquer exame de conteúdo da decisão judicial, sendo tão somente apreciadas as formalidades extrínsecas da ordem e da conexão dos dados do título com o registro”, o Oficial deverá realizar o registro da Partilha.
3. Foi apresentado Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda a registro, cujo preço estipulado foi de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). O contrato contém todas as formalidades legais, mas deixou de mencionar o estado civil do promitente comprador. Sabendo-se que o promitente vendedor faleceu uma semana antes de o contrato ser protocolado, assinale a alternativa correta.
 - a) O título contém afronta ao princípio da especialidade subjetiva e não poderá ser registrado sem a necessária retificação e ratificação. Nesse caso, o promitente vendedor deverá ser representado por seu inventariante.
 - b) O exame de qualificação do compromisso de compra e venda e de instrumentos particulares, em geral, não deve ser tão rigoroso. O Oficial deve sempre estar atento a sua função social e à intenção do legislador de facilitar o acesso ao registro, em determinados casos, especialmente no registro do compromisso de compra e venda, pois o regular adimplemento das avenças resultará no registro da escritura pública definitiva de compra e venda.
 - c) De acordo com o art. 108 do Código Civil, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País. Por isso, não poderá ser registrado o título e o Oficial deverá exigir a escritura pública, contendo também o estado civil do promitente comprador.
 - d) O registrador poderá suprir eventuais omissões nos títulos apresentados a partir de documentos oficiais, como a certidão atualizada de nascimento ou casamento do promitente comprador, sendo despendida a retificação do título.
4. De acordo com Ricardo Dip, “Diz-se qualificação registral (imobiliária) o juízo prudencial, positivo ou negativo, da potência de um título em ordem a sua inscrição predial, importando no império de seu registro ou de sua irregistro”. Em vista disso, assinale a alternativa correta a respeito da atividade registral imobiliária.
 - a) Apesar de ser fiscal do cumprimento de requisitos legais, a função social do Oficial do Registro de Imóveis exige que ele, com razoabilidade, esteja pronto a abrir mão de certas formalidades e preciosismos da lei, facilitando o acesso dos títulos ao registro.
 - b) É adequado que Oficial do Registro de Imóveis, no juízo de qualificação, atente para a lição dada por Serpa Lopes, para quem, “em matéria de Registro de Imóveis toda a interpretação deve tender para facilitar e não para dificultar o acesso dos títulos ao Registro, de modo que toda a propriedade imobiliária e todos os direitos sobre ela recaídos fiquem sob o amparo de regime do Registro Imobiliário e participem dos seus benefícios”.
 - c) Não é necessário que o juízo de qualificação seja exauriente, pois a urbanidade e presteza exigidas pela Lei 8.935/94 se aplicam apenas ao atendimento ao público.
 - d) Nem todos os títulos apresentados ao registrador estão sujeitos a esse criterioso juízo de qualificação, especialmente porque há registros cujo efeito é apenas declaratório.
5. A respeito do Contrato de Locação no Registro de Imóveis, assinale a alternativa **INCORRETA**.
 - a) O Contrato de Locação poderá ser apresentado para averbação do direito legal de preferência do locatário, com vistas à aquisição do imóvel, em caso de alienação.
 - b) Lavrado em instrumento particular, o Contrato de Locação deverá obedecer à tipicidade dos títulos aptos a gerar modificações no fôlio real, inclusive no que se refere à assinatura de duas testemunhas e ao reconhecimento das assinaturas por Tabelião de Notas.
 - c) Quando for pactuada no Contrato de Locação a cláusula de vigência, o ato correspondente, segundo a Lei 6.015/73, é de registro.
 - d) O Contrato de Locação contendo cláusula de vigência e preferência, quando apresentado ao Registro de Imóveis gerará um só ato na matrícula do imóvel.
6. Quanto à capacidade de aquisição de direitos reais sobre imóveis, assinale a alternativa correta.
 - a) A unidade autônoma em construção do adquirente em inadimplência, conforme o contrato e após solicitação da Comissão de Representantes, poderá ir a público leilão. Findo o leilão, o condomínio, por decisão unânime de Assembleia-Geral, em condições de igualdade com terceiros, terá preferência na aquisição dos bens leiloados, caso em que serão adjudicados ao condomínio, adjudicação cujo título tem acesso franqueado ao fôlio real, apesar de o condomínio não possuir personalidade jurídica.
 - b) O condomínio edilício, uma vez registrado no Registro de Títulos e Documentos, adquire personalidade jurídica e poderá adquirir e transmitir livremente bens imóveis.
 - c) Apenas a pessoa natural e a pessoa jurídica podem ser titulares de direitos inscritos no Registro de Imóveis.
 - d) A empresa individual de responsabilidade limitada não poderá ser titular de direitos reais registrados no Registro Imobiliário, visto que lhe falta personalidade jurídica.
7. A respeito do condomínio edilício, assinale a alternativa correta.
 - a) Para o registro da instituição de condomínio, em matrícula que não informa a área superficial do imóvel, não há necessidade de averbá-la previamente, vez que as frações ideais são calculadas conforme a área construída.
 - b) É possível o registro de instituição de condomínio, em que uma vaga de garagem não tenha comunicação direta com a área de circulação comum, desde que com ela confronte outra vaga de garagem, do mesmo proprietário, esta com regular acesso ao logradouro público pela área comum.
 - c) Nos termos do art. 169 da Lei 6.015/73, o registro da convenção condominial é obrigatório e deverá ser realizado no Livro de Registro Auxiliar.
 - d) Os condomínios de casas geminadas, e apenas estes, de acordo com a Lei 4.591/64, podem ser registrados sem a existência de área comum.

8. Com relação à matrícula e ao princípio da unitariedade, assinale a alternativa correta.
- A todo imóvel deve corresponder uma única matrícula (ou seja, um imóvel não pode ser matriculado mais de uma vez) e a cada matrícula corresponde um único imóvel (isto é, não possível que a matrícula descreva mais de um imóvel).
 - Matrícula é um ato de registro, no sentido estrito, que dá origem à individualidade do imóvel na sistemática registral brasileira.
 - Ainda que o imóvel tenha passado a pertencer a outra circunscrição, além de averbações, é possível efetuar a abertura de matrícula para lotes, quando tal não tenha sido realizado imediatamente após o registro do loteamento.
 - A matrícula será cancelada nas seguintes hipóteses: a) por decisão judicial; b) quando, em virtude de alienação parcial, o imóvel for inteiramente transferido a outros proprietários; c) pela fusão.
 - A afirmação IV é verdadeira e as afirmações I, II e III são falsas.
 - A afirmação I é verdadeira.
 - Apenas a afirmação IV é verdadeira.
 - A afirmação I é verdadeira e as afirmações II, III e IV são falsas.
9. Sobre a Regularização Fundiária Urbana, prevista na Lei de Registros Públicos, assinale a alternativa correta.
- As matrículas das áreas destinadas a uso público deverão ser abertas de ofício, com averbação das respectivas destinações e, se for o caso, das limitações administrativas e restrições convencionais ou legais.
 - À Regularização Fundiária Urbana corresponderá ato de registro em sentido estrito, o qual será requerido ao Oficial do registro de imóveis, devidamente instruído, dentre outros documentos necessários, com autorização judicial.
 - A planta e o memorial descritivo exigidos para o registro da regularização fundiária a cargo da administração pública deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado, sendo sempre indispensável a apresentação de anotação de responsabilidade técnica no competente Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA.
 - Em virtude de sua relevância social, a Regularização Fundiária não poderá ser implementada por etapas.
10. Assinale a alternativa correta.
- Em razão do sistema de registros por extrato no Registro de Imóveis, a escritura de compra e venda de imóvel somente poderá ter seu texto integral registrado no Registro de Títulos e Documentos.
 - A Cédula de Crédito Bancário com garantia real por alienação fiduciária de bem móvel será registrada exclusivamente no Registro de Títulos e Documentos.
 - É facultativo o registro dos contratos de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, no Registro de Títulos e Documentos, cujo efeito restringe-se à conservação.
 - Todos os registros efetuados no Registro de Títulos e Documentos produzirão efeitos a partir da data do protocolo.
11. Acerca do Registro de Títulos e Documentos, assinale a alternativa correta.
- Os instrumentos de cessão de direitos e de créditos de sub-rogação e de dação em pagamento devem ser registrados, para surtir efeitos em relação a terceiros, sendo suficiente sua realização no domicílio do outorgante, quando os contratantes residam em circunscrições diversas.
 - Serão registrados no domicílio do devedor os contratos que formalizem penhor de veículos, exceto aqueles empregados em transporte de carga ou condução, cujo registro deverá dar-se nas circunscrições em que for prestado o serviço.
 - O registro de documentos que tenham por objeto a transmissão, constituição ou extinção de direitos reais sobre imóveis poderá ser feito, desde que não signifiquem parcelamento irregular do solo urbano e que seja consignado expressamente que o registro se destina unicamente à conservação e fixação da data, não gerando a constituição de domínio ou outro direito real.
 - Serão registrados no domicílio do locador os contratos de locação de bem móvel, com cláusula de vigência, para que, em caso de alienação da coisa, o adquirente fique obrigado a respeitar o contrato.
12. A respeito do georreferenciamento, assinale a alternativa correta.
- Nos casos de desmembramento, parcelamento ou remembramento de imóveis rurais, a identificação do imóvel rural será obtida a partir de memorial descritivo, assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com precisão posicional a ser fixada pelo INCRA, garantida a isenção de custos financeiros aos proprietários de imóveis rurais cuja somatória da área não exceda a quatro módulos fiscais.
 - Observados os prazos legais, a adequação da identificação do imóvel rural à forma georreferenciada será obrigatória para quaisquer atos registrares, os quais serão lançados sobre as matrículas apenas após o ingresso no fôlio real do memorial descritivo elaborado por profissional habilitado, devidamente certificado pelo INCRA.
 - Quando imóvel rural for o objeto de ação judicial, o juiz deverá exigir sua identificação georreferenciada, qualquer que seja sua dimensão e área, independentemente da data de ajuizamento da ação.
 - A identificação georreferenciada do imóvel rural objeto de ação judicial será obrigatória, independentemente de sua dimensão e área, a partir da data de publicação do Decreto 5.570/2005 e, para as ações ajuizadas em data anterior, conforme os prazos fixados no Decreto 4.449/2002.
 - Apenas a afirmação III é falsa.
 - As afirmações I, II e IV são verdadeiras.
 - As afirmações II e III são falsas.
 - Apenas a afirmação I é verdadeira.
13. Assinale a alternativa **INCORRETA**.
- Recebida para registro uma escritura de compra venda celebrada em cumprimento a promessa de compra e venda não registrada, não será necessário registrar a promessa para a consecução do registro de transmissão da propriedade plena.
 - Lei municipal poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de implantação de equipamentos urbanos e comunitários. A autorização concedida produzirá efeitos a partir da data do respectivo registro da matrícula do imóvel.
 - Nos loteamentos populares, os compromissos de compra e venda, as cessões e as promessas de cessão valerão como título para o registro da propriedade do lote adquirido, quando acompanhados da respectiva prova de quitação.
 - É vedada a averbação da emissão de Cédula de Crédito Imobiliário com garantia real, quando houver prenotação ou registro de qualquer outro ônus real sobre os direitos imobiliários respectivos, inclusive penhora ou averbação de qualquer mandado ou ação judicial.
14. Ante as afirmações a seguir, assinale a alternativa correta.
- O registro da incorporação será válido pelo prazo de 120 dias, findo o qual, se ela ainda não se houver concretizado, o incorporador só poderá negociar unidades depois de atualizar a documentação a que se refere o artigo 32 da Lei 4.591/64, revalidando o registro por igual prazo.
 - A existência de ônus fiscais ou reais, salvo os impeditivos de alienação, não impedem o registro da incorporação, que será feito com as devidas ressalvas, mencionando-se, em todos os documentos, extraídos do registro, a existência e a extensão dos ônus.
 - Após a instituição do condomínio, já não será possível a fusão de duas unidades autônomas para a formação de uma só.
 - Aprovado o projeto da incorporação, o incorporador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, acompanhado do exemplar do contrato padrão de promessa de venda, ou de cessão ou de promessa de cessão, do qual constarão obrigatoriamente os requisitos da Lei 4.591/64.
 - Todas as afirmações são verdadeiras.
 - As afirmações III e IV são falsas.
 - Apenas a afirmação II é falsa.
 - As afirmações I, II e III são verdadeiras.

15. Para lavratura de escritura pública de divórcio:
- A procuração deve ser por instrumento público com poderes especiais, descrição de cláusulas essenciais e validade de trinta dias.
 - Não se admite a utilização de procuração para a lavratura de escritura pública de divórcio, por se tratar de ato personalíssimo.
 - A procuração deve ser por instrumento público com poderes especiais, descrição de cláusulas essenciais e validade de noventa dias.
 - A procuração pode ser por instrumento particular com poderes especiais, descrição de cláusulas essenciais e validade de trinta dias.
16. Nos termos da lei 8.935/1995, marque a alternativa correta:
- O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora da Comarca para a qual recebeu delegação.
 - Aos tabeliões de Notas compete, com exclusividade: lavrar escrituras e procurações públicas; lavrar testamentos públicos e aprovar o cerrado; lavrar atas notariais; reconhecer firmas; autenticar cópias.
 - Aos tabeliões e oficiais de registro de contratos marítimos compete: lavrar os atos, contratos e instrumentos relativos a transações de embarcações a que as partes queiram dar forma legal de escrito particular.
 - Aos notários compete: formalizar juridicamente a vontade das partes; autenticar atos.
17. Além de outros requisitos previstos em lei especial, a escritura pública conterá:
- Nome, nacionalidade, estado civil, profissão, domicílio e residência das partes e demais comparecentes, com a indicação, quando necessário, do regime de bens do casamento, nome do cônjuge, filiação e nomes dos filhos.
 - Manifestação de vontade das partes e dos intervenientes, não sendo necessária a leitura do ato a ser assinado.
 - A data e o lugar de sua realização; reconhecimento da identidade e capacidade das partes e de quantos hajam comparecido ao ato.
 - Assinatura dos demais comparecentes e das partes, encerrando o ato.
18. Para lavratura de procuração em causa própria relativa a imóveis, deve-se observar:
- os requisitos da procuração com poderes gerais. Para a sua lavratura não será recolhido o Imposto de Transmissão. Os emolumentos são os da procuração para venda de imóvel.
 - os requisitos da compra-e-venda (a coisa, o preço e o consentimento) e por suas normas serão regidas. Para a sua lavratura será recolhido o Imposto de Transmissão. Os emolumentos são os da escritura com valor determinado.
 - os requisitos da procuração com poderes gerais. Para a sua lavratura será recolhido o Imposto de Transmissão. Os emolumentos são os da escritura com valor determinado.
 - os requisitos da compra-e-venda (a coisa, o preço e o consentimento) e por suas normas serão regidas. Para a sua lavratura não será recolhido o Imposto de Transmissão. Os emolumentos são os da escritura com valor determinado.
19. São deveres dos notários, **EXCETO**:
- proceder de forma a dignificar a função exercida, tanto nas atividades profissionais como na vida privada.
 - atender as partes com eficiência, urbanidade e presteza.
 - manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia, guardando-os em locais seguros.
 - organizar associações ou sindicatos de classe e deles participar.
20. "A" vendeu por escritura pública um imóvel rural a sua neta "B", sem que os outros descendentes e seu cônjuge houvessem consentindo nisso, expressamente. Diante da situação fática, julgue o item correto.
- A venda será anulável.
 - A venda será ineficaz.
 - A venda será inexistente.
 - A venda será nula.
21. Na legislação em vigor encontra-se disciplinado o registro do casamento religioso para efeitos civis. Assim, marque a alternativa **INCORRETA**.
- O registro civil do casamento religioso deverá ser promovido dentro 30 (trinta) dias de sua realização, mediante comunicação do celebrante ao ofício competente, ou por iniciativa de qualquer interessado, desde que haja sido homologada previamente a habilitação.
 - A habilitação pode ser prévia ou posterior à celebração do casamento pela autoridade ou ministro celebrante, porém, em qualquer caso, terá eficácia de 90 (noventa) dias, a contar da data em que foi extraído o certificado.
 - O registro do casamento religioso para efeitos civis produzirá efeitos jurídicos a contar da celebração do casamento.
 - O termo ou assento do casamento religioso será subscrito pela autoridade ou ministro que o celebrou, pelos nubentes e por duas testemunhas.
22. Assinale a alternativa que contém somente atos de averbação no Registro Civil das Pessoas Naturais.
- No assento de nascimento: inserção do nome abreviado usado como firma comercial registrada ou em qualquer atividade profissional; o restabelecimento da sociedade conjugal.
 - No assento de nascimento: alteração do nome, em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime; perda do poder familiar.
 - No assento de nascimento: emancipação; acréscimo do sobrenome do companheiro.
 - No assento de casamento: divórcio judicial ou extrajudicial; óbito.
23. Das alternativas abaixo qual **NÃO** é obrigação do Registrador Civil das Pessoas Naturais trazidas pelo Código Civil de 2002?
- Esclarecer aos nubentes sobre os diversos regimes de bens.
 - Esclarecer aos nubentes a respeito de fatos que podem ocasionar a invalidade do casamento.
 - Declarar a existência de impedimento matrimonial de que tenha conhecimento.
 - Declarar casados o homem e a mulher que manifestaram, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal.
24. Antes de proceder ao assento do óbito, o Registrador Civil das Pessoas Naturais, competente para tal ato, verificou não existir prévio assento de nascimento do menor de 01 (um) ano que acabara de falecer. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral do Estado do Rio Grande do Sul, assinale a alternativa que contém o correto procedimento a ser adotado por esse Oficial Registrador:
- Deverá esse Oficial Registrador lavrar somente o registro de óbito do menor, tendo em vista o término da existência da pessoa natural.
 - Deverá o Oficial Registrador solicitar vênua ao Juiz Corregedor local para que se proceda à lavratura do registro de óbito.
 - Deverá o Oficial Registrador solicitar a lavratura do registro de nascimento ao Oficial Registrador do local do nascimento constante na Declaração de Nascido Vivo - DNV.
 - Deverá o Oficial Registrador lavrar, previamente ao registro do óbito, o registro de nascimento do menor, independentemente do lugar do nascimento.
25. Em um assento de nascimento, lavrado há muito tempo, consta ser a filiação não legítima. Assim, quanto ao fornecimento de certidão desse assento, marque a alternativa correta.
- Poderá ser fornecida certidão de inteiro teor a qualquer interessado, independentemente de autorização judicial.
 - Não poderá ser fornecida certidão de inteiro teor a qualquer requerente, mesmo sendo o próprio interessado, salvo por autorização judicial.
 - Poderá ser fornecida certidão de inteiro teor desse assento ao próprio interessado, independentemente de autorização judicial.
 - Se o registrado já for falecido, poderá ser fornecida certidão de inteiro teor a qualquer interessado, independentemente de autorização judicial.

26. A lei 9492 de 1997 define a competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida. Diante disso, marque a alternativa correta, nos termos da citada lei.
- Na hipótese de protesto em que tenha figurado apresentante por endosso-mandato será suficiente, para o cancelamento do registro do protesto, a declaração de anuência passada pelo credor endossatário.
 - Quando a intimação for efetivada excepcionalmente no último dia do prazo ou além dele, por motivo de força maior, o tríduo legal será retomado para que se possa registrar o protesto.
 - Os títulos e documentos de dívida, após recepcionados e distribuídos, serão entregues no dia útil seguinte aos Tabelionatos de Protesto, obedecidos os critérios de quantidade e qualidade.
 - Os títulos ou documentos de dívida sujeitos a qualquer tipo de correção terão o pagamento feito pela conversão do dia da apresentação, no valor indicado pelo apresentante.
27. Assinale a alternativa **INCORRETA** de acordo com a Lei 9492 de 1997.
- O cancelamento do registro do protesto poderá ser feito somente pelo tabelião titular ou por seus substitutos, tendo em vista que a referida Lei veda tal atribuição mesmo aos escreventes autorizados.
 - O Tabelião de Protesto poderá exigir depósito prévio dos emolumentos e demais despesas devidas, porém, nesse caso, deverá a importância antecipada ser reembolsada ao apresentante, por ocasião da prestação de contas, quando ressarcidas pelo devedor no Tabelionato.
 - Poderão ser fornecidas certidões de protestos, não cancelados, a quaisquer interessados, desde que requeridas por escrito. Porém, nas certidões não constarão os registros cujos cancelamentos tiverem sido averbados, salvo quando requerido, por escrito, pelo próprio devedor ou por ordem judicial.
 - O protesto por falta de aceite somente poderá ser efetuado antes do vencimento da obrigação e após o decurso do prazo legal para o aceite ou a devolução; por outro lado, após o vencimento o protesto sempre será efetuado por falta de pagamento.
28. De acordo com a Consolidação Normativa Notarial e Registral da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assinale a alternativa correta.
- Não cabe ao Tabelião investigar a origem da dívida nem a ocorrência de prescrição ou de caducidade, porém o deve fazer com relação à falsidade do documento apresentado para protesto.
 - O documento será apresentado ao Tabelião de Protesto do lugar do pagamento nele declarado, ou, na falta de indicação, do lugar do domicílio do credor, segundo se inferir da declaração do apresentante.
 - Qualquer documento representativo de obrigação econômica pode ser levado a protesto para interromper o prazo de prescrição, provar a inadimplência ou para fixação do termo inicial dos encargos, quando não houver prazo assinado.
 - No ato da apresentação do documento o apresentante declarará, entre outros dados, o valor do documento, com seus acréscimos legais ou convencionais, o qual poderá sofrer variação entre a data do apontamento e a do eventual pagamento ou protesto.
29. No que se refere ao negócio jurídico:
- A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico, se for relativa ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
 - A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial.
 - A escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.
 - A manifestação de vontade subsiste, ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, mesmo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- São verdadeiras as afirmativas:
- I e II, somente.
 - II, III e IV.
 - I, II e IV.
 - I, II e III.
30. Quanto à representação:
- É anulável o negócio jurídico que o representante celebrar consigo mesmo, no seu interesse ou por conta de outrem, salvo se o permitir o representado.
 - É anulável o negócio concluído pelo representante, em conflito de interesses com o representando, sendo de cento e vinte dias o prazo de decadência para pleitear-se tal anulação, a contar da conclusão do negócio.
 - É nula a obrigação cambial assumida por procurador do mutuário vinculado ao mutuante, no exclusivo interesse deste.
- São verdadeiras as afirmativas:
- I, somente.
 - I, II e III.
 - III, somente.
 - I e III, somente.
31. A assertiva “quando a revender pagarei pela coisa adquirida” representa:
- encargo.
 - condição simplesmente potestativa.
 - condição resolutiva.
 - condição suspensiva.
32. Os negócios jurídicos entre vivos, sem prazo:
- são inexigíveis, porque não há prazo de vencimento da obrigação.
 - são exequíveis desde logo, salvo se a execução tiver de ser feita em lugar diverso ou depender de tempo.
 - são exequíveis, mas dependem de constituição em mora, mediante interpelação judicial ou extrajudicial.
 - são ineficazes.
33. A respeito dos defeitos do negócio jurídico:
- Configura-se estado de perigo quando alguém, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação.
 - Ocorre lesão quando uma pessoa, previda por necessidade, para salvar-se de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
 - A lesão de que trata o artigo 157 do Código Civil não exige dolo de aproveitamento.
 - Nas hipóteses de lesão, pode o lesionado optar por não pleitear a anulação do negócio jurídico, deduzindo, desde logo, pretensão com vista à revisão judicial do negócio, por meio da redução do proveito do lesionador ou do complemento do preço.
 - A lesão acarretará a anulação do negócio jurídico, quando verificada, na formação deste, a desproporção manifesta entre as prestações assumidas pelas partes, não se presumindo a premente necessidade ou a inexperiência do lesado.
- São verdadeiras as afirmativas:
- I, II, somente.
 - III e IV, somente.
 - IV e V, somente.
 - III, IV e V, somente.
34. Sobre a simulação:
- Haverá simulação nos negócios jurídicos, quando os instrumentos particulares firmados entre as partes forem antedatados, ou pós-datados.
 - Haverá simulação nos negócios jurídicos, quando aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem.
 - Na simulação relativa, o negócio simulado é nulo, mas o dissimulado será válido e aproveitável, se não ofender a lei nem causar prejuízos a terceiros e preencher os requisitos substanciais e formais de validade daquele.
 - O efeito da declaração de nulidade do negócio jurídico simulado é *ex tunc*, ressalvando-se os direitos de terceiros de boa-fé, em face dos contratantes.
- Aponte as afirmativas corretas:
- III e IV, somente.
 - II, III e IV, apenas.
 - I, II, III e IV.
 - I e II, somente.

35. Corre normalmente a prescrição:
- pendendo condição suspensiva.
 - pendendo ação de evicção.
 - contra o sucessor, se iniciada a contagem do prazo contra a pessoa titular falecida.
 - entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
36. Prescreve em cinco anos:
- a pretensão de reparação civil.
 - a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.
 - a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
 - a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
37. Assinale a alternativa **INCORRETA** em relação às arras.
- Se no contrato for estipulado o direito de arrependimento para qualquer das partes, as arras terão função unicamente indenizatória, de modo que quem as deu perdê-las-á em benefício da outra parte, e quem as recebeu devolvê-las-á, mais o equivalente.
 - No compromisso de compra e venda com cláusula de arrependimento, a devolução do sinal, por quem o deu, ou a sua restituição em dobro, por quem o recebeu, não exclui a indenização maior a título de perdas e danos, mais juros moratórios e os encargos do processo.
 - A parte inocente pode pedir indenização suplementar, se provar maior prejuízo, valendo as arras como taxa mínima.
 - A parte inocente pode exigir a execução do contrato, mais perdas e danos, valendo as arras como o mínimo da indenização.
38. Em relação aos vícios redibitórios:
- é inaplicável a disposição do artigo 441 do Código Civil, concernente aos vícios redibitórios, às doações onerosas.
 - são duas as ações edilícias: a redibitória e a estimatória.
 - a ação *quantum minoris* acarreta a redibição do contrato.
 - a ação redibitória consiste na resolução do contrato.
 - na ação redibitória, se o alienante conhecia o vício ou defeito da coisa, o adquirente fará jus à restituição do que pagou com perdas e danos.
- Estão corretas as afirmativas:
- I, II, IV e V.
 - III e V, somente.
 - I e III, somente.
 - II, IV e V, somente.
39. As partes celebraram instrumento particular de promessa de compra e venda, e o promitente-devedor se encontra em dificuldades financeiras e pretende interromper a execução do contrato. Assim, este poderá postular:
- a revogação do contrato.
 - a rescisão do contrato.
 - a resolução do contrato.
 - a rescisão do contrato.
40. Nos contratos de execução continuada, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato ou a sua revisão. Nesse contexto, a expressão “extrema vantagem” deve ser interpretada como:
- elemento substancial.
 - elemento acidental.
 - elemento endógeno.
 - elemento exógeno.
41. Sobre a promessa de compra e venda:
- Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis, mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, consideram-se nulas de pleno direito as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado.
 - No compromisso de compra e venda subentende-se a condição resolutiva da legitimidade e validade do título de domínio.
 - O direito à adjudicação compulsória, quando exercido em face do promitente vendedor, não se condiciona ao registro da promessa de compra no cartório de registro imobiliário.
- São afirmativas corretas:
- I e II, somente.
 - I e II e III.
 - III, somente.
 - II e III, somente.
42. Considerando a Teoria Geral dos Títulos de Crédito, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- São princípios cambiários: cartularidade, autonomia e literalidade.
 - Em função da cartularidade inerente aos títulos de crédito que se permite sua ampla negociabilidade, cabe somente ao credor que o tenha consigo a prerrogativa de sua cobrança.
 - Como consequência do *subprincípio da abstração*, é possível afirmar que o título de crédito se desvincula completamente da causa que lhe deu origem, independentemente de ter ou não circulado, sendo possível sustentar que o devedor original jamais poderá se escusar ao pagamento, sob a alegação de que o portador deixou de cumprir com sua obrigação.
 - Os títulos de crédito não precisam necessariamente representar uma operação mercantil de crédito.
43. A respeito das preferências e privilégios creditórios:
- A discussão entre os credores pode versar quer sobre a preferência entre eles disputadas, quer sobre nulidade, simulação, fraude, ou falsidade das dívidas e contratos.
 - Os títulos legais de preferência são os privilégios, os direitos reais e as garantias fidejussórias.
 - O crédito real prefere ao pessoal de qualquer espécie, e o crédito pessoal privilegiado ao simples; e o privilégio especial, ao geral.
 - O privilégio especial só compreende os bens sujeitos, por expressa disposição de lei, ao pagamento do crédito que ele favorece; e o geral, todos os bens não sujeitos a crédito real nem a privilégio especial.
- Aponte as assertivas corretas:
- III e IV, apenas.
 - I, II e III, apenas.
 - I, III e IV, apenas.
 - I, II e IV, somente.
44. São direitos reais, exceto:
- a propriedade, a posse e a habitação.
 - o penhor, a hipoteca e a anticrese.
 - a superfície, as servidões, o usufruto e o uso.
 - a habitação e o direito do promitente comprador do imóvel.
45. Sobre o casamento:
- O prazo para ser intentada ação de anulação do casamento, se houver coação, é de 4 anos a contar da data da celebração, e de 3 anos, na hipótese de erro essencial.
 - Não devem casar o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.
 - Não pode casar a viúva, até dez meses depois do começo da viuvez.
 - As causas suspensivas da celebração do casamento podem ser arguidas apenas pelos parentes em linha reta de um dos nubentes, sejam consanguíneos ou afins.
- São verdadeiras as afirmativas:
- III e IV, apenas.
 - I, II e IV, apenas.
 - I e II, somente.
 - I, II e III, somente.

46. Quanto ao direito das sucessões, assinale a opção correta.

- A exclusão do herdeiro ou legatário, em qualquer dos casos de indignidade, será declarada por sentença, e o direito de demandar a exclusão do indigno extingue-se em dois anos, contados da abertura da sucessão.
- O credor que se sentir prejudicado pela renúncia do herdeiro poderá, mediante autorização do juiz, aceitar a herança em nome do renunciante. Quitadas as dívidas do renunciante, e se houver saldo, prevalece a renúncia quanto ao remanescente, que será devolvido aos demais herdeiros.
- Considere que o autor da herança seja casado pelo regime da separação de bens e não tenha deixado descendentes, deixando o cônjuge sobrevivente, e, como ascendentes, os pais e a avó materna. Nessa hipótese, serão chamados a suceder os ascendentes, por direito próprio, e a herança será dividida em três partes iguais.
- Havendo herdeiros legítimos, o autor da herança poderá dispor por testamento da metade de seu patrimônio, pois a outra parte será necessariamente entregue aos herdeiros, desde que não haja cláusula testamentária de deserdação.

47. Quanto ao regime jurídico das sociedades:

- No caso de morte de sócio, liquidar-se-á sua quota, salvo se o contrato dispuser de modo diferente, se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade ou se, por acordo com os herdeiros, regular-se a substituição do sócio falecido.
- Além dos casos previstos na lei ou no contrato, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade; se de prazo indeterminado, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de sessenta dias; se de prazo determinado, provando justa causa judicialmente.
- Pode o sócio ser excluído judicialmente, mediante iniciativa da maioria dos demais sócios, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou, ainda, por incapacidade superveniente.
- A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade.

Estão corretas as afirmativas:

- III e IV, apenas.
- I, II, III e IV.
- II e III, somente.
- I, III e IV, apenas.

48. A respeito do regime jurídico das sociedades anônimas:

- As preferências ou vantagens das ações preferenciais podem consistir em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo, ou em prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele; ou, ainda, em ambas as preferências e vantagens acumuladas.
- Nas companhias objeto de desestatização poderá ser criada ação preferencial de classe especial, de propriedade exclusiva do ente desestatizante, à qual o estatuto social poderá conferir os poderes que especificar, inclusive o poder de veto às deliberações da assembleia-geral, nas matérias que especificar.
- O estatuto pode assegurar a uma ou mais classes de ações preferenciais o direito de eleger, em votação em separado, um ou mais membros dos órgãos de administração, sendo que o estatuto pode subordinar as alterações estatutárias que especificar, em assembleia especial, a aprovação dos titulares de uma ou mais classes preferenciais.
- A debênture poderá assegurar ao seu titular juros fixos ou variáveis, participações no lucro da companhia e prêmio de reembolso.

São afirmativas corretas:

- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, somente.
- I, II, III e IV.

49. Sobre debênture, está correto afirmar:

- É um título emitido por sociedade anônima e sociedade comandita por ações e confere aos seus titulares direito de crédito, sendo facultada a previsão de garantia real ou fluante.
- É um título emitido por sociedade anônima e sociedade comandita por ações e confere aos seus titulares direito de crédito, sem privilégio ou garantia contra elas.
- É título emitido somente por sociedade anônima e confere aos seus titulares direito de crédito contra ela.
- É um título emitido somente por sociedade anônima e confere aos seus titulares direito de crédito contra ela, vedada sua conversão em ações.

50. Está correto afirmar, quanto às sociedades anônimas de capital fechado:

- A alteração do objeto da companhia não confere ao acionista o direito de retirada.
- A assembleia que tem por objetivo a reforma do estatuto somente será instalada com a presença de acionistas representativos de dois terços das ações com direito a voto.
- Os acionistas que também são administradores devem comparecer à assembleia geral ordinária para prestar os esclarecimentos sobre as demonstrações financeiras apresentadas, mas não poderão votar a respeito delas, quer como procuradores, quer como acionistas.
- O administrador da companhia deve empregar cuidado e diligência na gestão dos negócios, considerando os interesses do grupo ou classe de acionista que o elegeu.

51. Em relação ao estabelecimento empresarial:

- Considera-se estabelecimento todo o complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.
- O contrato que tenha por objeto a alienação ou arrendamento do estabelecimento só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, e de publicado na imprensa oficial.
- A sistemática do contrato de trespasse estabelecida nos artigos 1142 e seguintes do Código Civil, especialmente quanto a seus efeitos obrigacionais, aplica-se somente quando o conjunto de bens transferidos importar a transmissão da funcionalidade do estabelecimento empresarial.
- A sub-rogação do adquirente nos contratos de exploração atinentes ao estabelecimento adquirido, desde que não possuam caráter pessoal, é a regra geral, incluindo o contrato de locação.

São afirmativas corretas:

- I, II, III e IV.
- I, II e III, apenas.
- I e IV, somente.
- II, III e IV, apenas.

52. Quanto ao nome empresarial, assinale a alternativa correta.

- O nome empresarial obedecerá aos princípios da veracidade e novidade.
- A proteção ao nome empresarial decorrerá do seu registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
- O nome empresarial pode ser objeto de alienação.
- A sociedade em conta de participação pode ter firma ou denominação.

53. A reunião de sociedades empresárias, com o objetivo de executar um empreendimento determinado na qual cada uma delas mantém sua autonomia, agindo e respondendo cada qual por suas obrigações, sem solidariedade e sem a criação de um novo sujeito de direito, mas contribuindo para as despesas comuns e deliberando sobre a administração do conjunto, caracteriza:

- uma sociedade em conta de participação.
- um grupo de sociedades, sem personalidade jurídica, sujeito a registro na Junta Comercial.
- uma sociedade de propósito específico.
- um consórcio, sem personalidade jurídica, mas que deve ser registrado na Junta Comercial.

54. A sociedade de capital autorizado pode ser caracterizada como:

- uma companhia que contém em seu estatuto previsão de aumento de capital até um determinado valor, sem que, para tanto, seja necessária alteração estatutária.
- uma sociedade limitada que atua na bolsa de valores com permissão para possuir capital inferior ao fixado pela Comissão de Valores Mobiliários.
- uma sociedade que necessita de autorização do Estado para funcionar.
- uma sociedade anônima que tem seu capital parcialmente subscrito com autorização para a subscrição ulterior de ações até o valor do capital estatutário.

55. Para alienação de ações de titularidade do Estado numa sociedade anônima, quais condições devem ser observadas?
- Cabe exclusivamente à União Federal a iniciativa de lei que autorize a alienação das ações em virtude das regras constitucionais de competência.
 - Não há necessidade de fixação de preço mínimo das ações porque a sociedade de economia mista se sujeita às normas de mercado, mas é necessária a autorização por lei para a realização da alienação.
 - É imprescindível a prévia autorização da Assembleia Geral da Sociedade de Economia Mista, mediante quórum qualificado.
 - O preço mínimo de alienação das ações deverá ser fixado por lei, depois de criteriosa avaliação patrimonial da empresa.
56. Sobre as sociedades limitadas, é correto afirmar:
- Quando a sociedade for composta de 10 ou mais quotistas, será obrigatória a instituição de conselho fiscal com 3 ou mais membros.
 - O administrador pode não ser quotista, mas sua designação dependerá de aprovação unânime dos sócios, quando o capital não estiver integralizado.
 - O capital social divide-se em quotas iguais, divisíveis ou indivisíveis.
 - A aprovação do balanço patrimonial do resultado econômico da sociedade, sem reserva, exonera a responsabilidade dos sócios, irrevogavelmente.
57. Sobre o empresário:
- Ao empresário individual regularmente inscrito é permitido alienar ou gravar de ônus real o imóvel incorporado à empresa, desde que exista, se for o caso, prévio registro de autorização conjugal no Cartório de Imóveis, devendo tais requisitos constar do instrumento de alienação ou de instituição do ônus real, com a consequente averbação do ato à margem de sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.
 - Quanto às obrigações decorrentes de sua atividade, o empresário individual responderá primeiramente com os bens vinculados à exploração de sua atividade econômica.
 - O registro do empresário ou sociedade rural na Junta Comercial é facultativo e de natureza constitutiva, sujeitando-o ao regime jurídico empresarial.
 - Não estão sujeitos à falência o empresário rural e a sociedade empresária rural, ainda que inscritos no registro público de empresas mercantis.
- Estão corretas as afirmativas:
- I, III e IV, apenas.
 - II e III, somente.
 - I, II e III, apenas.
 - I e II, apenas.
58. Classificam-se como sociedade não personificada:
- a simples.
 - a cooperativa e a sociedade em conta de participação.
 - a sociedade em comum e a sociedade em conta de participação.
 - a cooperativa e a em comandita simples.
59. Quanto às sociedades simples:
- A pretensão de cooperativa ser sócia de determinado tipo societário não encontra autorização na ordem jurídica nacional, já que sua natureza de sociedade simples a impede de ser sócia de qualquer tipo societário.
 - Segundo a jurisprudência, caso o administrador de uma sociedade simples aliene bens dessa sociedade, exorbitando os poderes de seu mandato, o ato será anulado e o adquirente terá direito de exigir perdas e danos desse administrador, mas não da sociedade.
 - Na sociedade simples pura, a responsabilidade dos sócios depende de previsão contratual. Na omissão, será limitada e subsidiária.
 - Nas sociedades simples, os sócios podem limitar suas responsabilidades entre si, na exata proporção da participação no capital social, ressalvas as disposições específicas.
- As proposições III e IV estão incorretas.
 - Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
 - Somente as proposições II e IV estão corretas.
 - Somente as proposições I e III estão corretas.
60. A sociedade simples pode ser dissolvida judicialmente, a requerimento de qualquer dos sócios, quando:
- ocorrer discordância entre os sócios, quanto à administração social.
 - apenas quando se verificar o exaurimento da finalidade social.
 - ocorrer ilicitude de sua atividade.
 - anulada sua constituição, exaurido o fim social, ou verificada sua inexistência.
61. Sobre a dissolução da sociedade:
- A quebra do *affectio societatis* não é causa para a exclusão do sócio minoritário, mas apenas para a dissolução parcial da sociedade.
 - Dissolve-se de pleno direito a sociedade quando exaurido o fim social, ou verificada a sua inexistência.
 - A sociedade pode ser dissolvida judicialmente, a requerimento de qualquer dos sócios, quando exaurido o fim social ou verificada sua inexistência.
 - A falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias, dissolve a sociedade.
- Apenas as proposições II e IV estão corretas.
 - Apenas a proposição III está correta.
 - Apenas as proposições I, II e IV estão corretas.
 - Apenas as proposições I, III e IV estão corretas.
62. São características da sociedade cooperativa, **EXCETO**:
- indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.
 - direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação.
 - variabilidade, ou dispensa do capital social.
 - a intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, salvo por herança.
63. Em relação à teoria da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a proposição correta.
- A teoria pode ser aplicada em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo inadimplemento obrigacional, desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
 - A desconsideração da personalidade jurídica não será aplicada quando houver falência ou estado de insolvência do devedor.
 - Pode o juiz, a requerimento da parte, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber, aplicar a teoria para estender aos bens particulares dos sócios ou administradores da pessoa jurídica os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações.
 - As sociedades integrantes de grupos societários e as consorciadas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes de relações de consumo.
64. São princípios do direito comercial, **EXCETO**:
- princípio da liberdade de associação e da autotutela administrativa.
 - princípio da preservação da empresa e princípio da autonomia patrimonial da sociedade empresária.
 - princípio majoritário das deliberações sociais e da proteção ao sócio minoritário.
 - princípio da liberdade de iniciativa, da liberdade de concorrência e da função social da empresa.
65. Assinale a alternativa correta.
- Pelo poder de polícia, a Administração Pública limita direitos individuais em benefício do Estado.
 - Pelo poder regulamentar, a Administração Pública complementa a disciplina da lei, editando atos legislativos e regulamentos.
 - Pelo poder de polícia, a Administração Pública está autorizada a agir com discricionariedade e mitigar o princípio da legalidade.
 - Pelo poder disciplinar, a Administração Pública apura infrações e aplica penalidades aos servidores públicos e a terceiros sujeitos à disciplina administrativa.
66. Assinale a alternativa correta.
- A Administração Pública não tem disponibilidade sobre o interesse público.
 - A Administração Pública somente pode revogar atos administrativos, sendo que a anulação apenas pode ocorrer por meio de controle judicial.
 - Os atos administrativos são públicos, sendo vedada qualquer hipótese de sigilo.
 - Os atos administrativos são públicos, sendo permitida a utilização da denominação pessoal do agente público.

67. Assinale a alternativa correta.

- a) O ato administrativo padece de vício quanto ao sujeito, se o agente público excede os limites de sua competência, agindo em excesso de poder.
- b) O ato administrativo padece de vício quanto ao motivo, quando o resultado alcançado viola o ordenamento jurídico.
- c) O ato administrativo padece de vício quanto ao objeto, quando a causa jurídica eleita pelo agente público é inexistente ou inadequada.
- d) O ato administrativo padece de vício de forma, quando o fim atingido é diverso daquele previsto no ordenamento jurídico.

68. Assinale a alternativa correta.

- a) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre desapropriação.
- b) A desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, é de competência exclusiva da União.
- c) A desapropriação por utilidade pública é de competência exclusiva da União.
- d) O prazo de caducidade do decreto de utilidade pública é de 2 (dois) anos para que seja promovida a desapropriação.

69. Assinale a alternativa correta.

- a) É vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- b) É vedado o direito de greve aos servidores públicos.
- c) É vedado o acesso de estrangeiros aos cargos, empregos e funções públicas.
- d) É vedado o ingresso em cargo público efetivo sem a prévia aprovação em concurso público.

70. Assinale a alternativa correta.

- a) O controle administrativo ocorre quando a Administração Pública revisa internamente seus próprios atos, em decorrência do poder de autotutela.
- b) A Administração Pública não se sujeita a controle externo pelo Poder Legislativo.
- c) Os atos administrativos ilegais e ilegítimos são passíveis de revogação.
- d) Os atos administrativos legais e legítimos são passíveis de anulação.

71. Assinale a alternativa correta.

- a) As empresas privadas concessionárias de serviço público não responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- b) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, afastado o direito de regresso contra o responsável, se não for caso de dolo ou culpa.
- c) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado que exercem atividade econômica responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.
- d) As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, afastado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.

72. Quanto à classificação da Constituição da República Federativa do Brasil é correto afirmar que ela é:

- a) histórica, devido ao fato de constituir-se por meio de um lento e contínuo processo de formação.
- b) rígida, visto que possui procedimento específico para a alteração de seu conteúdo.
- c) promulgada, ou seja, imposta de maneira unilateral, pelos representantes do povo.
- d) sintética, visto que traz em seu corpo somente normas referentes à organização política do Estado e princípios de Direitos Fundamentais.

73. Assinale a alternativa correta.

- a) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos, independentemente de seu conteúdo, informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade.
- b) São assegurados a todos, mediante o pagamento das respectivas taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- c) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário, o fundo de garantia do tempo de serviço e o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- d) As entidades associativas não têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

74. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A moralidade, como princípio da Administração Pública, e como requisito de validade dos atos administrativos, tem a sua fonte por excelência no sistema de direito, sobretudo no ordenamento jurídico-constitucional.
- b) A quebra da moralidade administrativa se caracteriza pela desarmonia entre a expressão formal do ato e a sua expressão real, criada e derivada de impulsos subjetivos viciados quanto aos motivos, ou à causa, ou à finalidade da atuação administrativa.
- c) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios moralidade e da eficiência.
- d) O Princípio Constitucional de Moralidade Administrativa não se estende aos atos praticados por entes de natureza privada que exercem função pública.

75. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Constitui afronta à Constituição Federal dispositivo de lei estadual que autoriza a remoção de notários e registradores por meio de simples requerimento do interessado, independentemente de concurso, ainda que sujeito à aprovação discricionária do Conselho de Magistratura da Unidade Federativa.
- b) Ante a Responsabilidade objetiva do Estado, é assegurado o direito de regresso contra o notário, nos casos de dolo ou culpa, pelos danos praticados a terceiros.
- c) São de natureza privada as atividades exercidas pelos serventuários titulares de cartórios e de registros extrajudiciais.
- d) Não ofende o princípio da proporcionalidade a lei que isenta os reconhecidamente pobres do pagamento dos emolumentos devidos pela expedição de registro civil de nascimento e de óbito, bem como a primeira certidão respectiva.

76. Assinale a alternativa correta.

- a) A Constituição da República Federativa do Brasil exige autorização para exercício de qualquer atividade econômica.
- b) Incumbe ao Poder Público, a prestação de serviços públicos, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão, permissão ou autorização, independentemente de licitação.
- c) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante tanto para o setor público quanto para o setor privado.
- d) São princípios da Ordem Econômica, presentes na Constituição da República Federativa do Brasil, a livre concorrência e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País

77. Assinale a alternativa correta, quanto aos Poderes Executivo, legislativo e Judiciário.

- a) A lei de organização judiciária das unidades federativas será de iniciativa exclusiva do Superior Tribunal de Justiça.
- b) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judicial, far-se-ão independentemente de sua natureza e de ordem cronológica de apresentação dos precatórios.
- c) Compete ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar. Essa regra constitucional visa manter a independência e a harmonia entre os Poderes da República.
- d) Compete aos tribunais, com sanção do poder executivo, organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva.

78. Assinale a alternativa correta.
- A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante poderá ser provocada por qualquer interessado, desde que haja pertinência temática com sua atividade profissional.
 - Compete ao Conselho Nacional de justiça receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais.
 - Compete ao Ministro Corregedor do Conselho Nacional de Justiça receber as reclamações e denúncias relativas aos magistrados e aos serviços judiciários, desde que o reclamante esteja efetivamente registrado no cadastro do respectivo Conselho.
 - O ato administrativo que contrariar o conteúdo de súmula vinculante poderá ser anulado mediante reclamação ao Superior Tribunal de Justiça.
79. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.
- As sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, poderão opor a irregularidade de sua constituição.
 - Quando o inventariante for dativo, todos os herdeiros e sucessores do falecido serão autores ou réus nas ações em que o espólio for parte.
 - A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios, que somente não serão devidos nos casos em que o advogado funcionar em causa própria.
 - Verificando a incapacidade processual, ou a irregularidade da representação das partes, o juiz, de plano, extinguirá o processo sem resolução do mérito.
80. De acordo com o Código de Processo Civil, o advogado tem direito de:
- examinar, em cartório de justiça e secretaria de tribunal, autos de qualquer processo, salvo os que correm em segredo de justiça.
 - requerer, como procurador, vista dos autos de qualquer processo pelo prazo de 5 (cinco) dias.
 - fazer anotações manuscritas nas folhas do processo, desde que identificadas, bem como riscar expressões que entender injuriosas.
 - para obtenção de cópias, quando o prazo for comum para manifestação, retirar os autos pelo prazo de 1 (um) dia independentemente de ajuste.
- Apenas II e IV estão corretas.
 - I, III e IV estão corretas.
 - I, II e III estão corretas.
 - Apenas I e II estão corretas.
81. De acordo com o Código de Processo Civil, duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:
- entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.
 - os direitos ou as obrigações derivarem do mesmo fundamento de fato ou de direito.
 - entre as causas houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir.
 - ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito.
- Apenas I, II e III estão corretas.
 - Apenas I e IV estão corretas.
 - Apenas II e III estão corretas.
 - Todas estão corretas.
82. De acordo com o Código de Processo Civil, reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz, quando:
- amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.
 - alguma das partes for credora ou devedora do juiz, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o quarto grau.
 - herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes, salvo empregado doméstico, quando a regra se aplicará apenas ao juiz do trabalho.
 - receber dádivas depois de iniciado o processo ou subministrar meios para atender às despesas do litígio, exceto quando a parte for parente seu.
- Apenas I está correta.
 - I, II e III estão corretas.
 - Apenas II e IV estão corretas.
 - Apenas I e IV estão corretas.
83. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.
- A existência de credores do espólio não impedirá a homologação da partilha ou da adjudicação, mesmo se não forem reservados bens suficientes para o pagamento da dívida.
 - Antes da partilha, não poderão os credores do espólio requerer ao juízo do inventário o pagamento das dívidas vencidas e exigíveis.
 - A existência de credores do espólio impedirá a homologação da partilha ou da adjudicação, mesmo se forem reservados bens suficientes para o pagamento da dívida.
 - Antes da partilha, poderão os credores do espólio requerer ao juízo do inventário o pagamento das dívidas vencidas e exigíveis.
84. De acordo com o Código de Processo Civil, o juiz nomeará inventariante:
- o cônjuge ou companheiro sobrevivente, mesmo se não estivesse convivendo com o outro, ao tempo da morte.
 - pessoa estranha idônea, ainda que haja inventariante judicial.
 - o testamenteiro, se lhe foi confiada a administração do espólio ou toda a herança estiver distribuída em legados.
 - qualquer herdeiro, mesmo que nenhum esteja na posse e administração do espólio.
- Apenas III e IV estão corretas.
 - I, II e IV estão corretas.
 - I, II e III estão corretas.
 - Apenas I e III estão corretas.
85. De acordo com o Código de Processo Civil, ficam sujeitos à sobrepartilha os bens:
- sonogados.
 - da herança, adquiridos depois da partilha.
 - litigiosos, assim como os de liquidação difícil ou morosa.
 - conhecidos, mas situados em lugar contíguo da sede do juízo onde se processa o inventário.
- I, II e III estão corretas.
 - Apenas II e III estão corretas.
 - I, II e IV estão corretas.
 - Apenas I e III estão corretas.
86. Assinale a alternativa correta.
- A imunidade recíproca veda a instituição de impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.
 - A imunidade recíproca veda a instituição do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU sobre imóvel de propriedade da União.
 - A imunidade recíproca veda os Municípios de instituírem taxas pelos serviços de coleta de lixo da União e dos Estados.
 - A imunidade recíproca veda a instituição do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI sobre os automóveis adquiridos por instituições de assistência social, sem fins lucrativos.
87. Assinale a alternativa correta.
- A isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
 - A União pode, por meio de lei complementar, instituir isenções de tributos de competência dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios.
 - Para a apuração do crédito tributário, aplica-se a legislação vigente à época de ocorrência do respectivo fato gerador, mesmo que posteriormente modificada ou revogada.
 - A lei que institui uma isenção produz efeitos a partir do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.
88. Assinale a alternativa correta.
- No caso de tributo sujeito a lançamento de ofício, o prazo de decadência é de 5 (cinco) anos, contados a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
 - O pagamento indevido exige o prévio protesto, para ensejar a repetição do indébito tributário.
 - O pagamento do tributo exclui o crédito tributário.
 - O prazo de prescrição para a ação de cobrança do tributo se interrompe com a citação válida do sujeito passivo.

89. Assinale a alternativa correta.

- a) O Imposto de Renda decorre da disponibilidade jurídica ou econômica de renda ou provento de qualquer natureza, pelo sujeito passivo.
- b) A base de cálculo do Imposto de Renda é o total das rendas ou proventos de qualquer natureza auferidos no período, não sendo permitidas deduções.
- c) Apenas as rendas de capital ensejam a incidência do Imposto de Renda.
- d) É vedada a utilização de alíquotas progressivas no Imposto de Renda.

90. Assinale a alternativa correta.

- a) As contribuições para financiamento da seguridade social não incidem sobre o importador de bens ou serviços do exterior.
- b) As contribuições para financiamento da seguridade social poderão ser exigidas após 90 (noventa) dias da sua criação, ainda que no mesmo exercício financeiro.
- c) As entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências previstas em lei, sujeitam-se às contribuições para financiamento da seguridade social.
- d) As contribuições para financiamento da seguridade social incidem sobre as receitas decorrentes de exportação.

91. Assinale a alternativa correta.

- a) O Imposto sobre a Transmissão *causa mortis* e doações de quaisquer bens ou direitos – ITCMD é calculado sobre o valor dos bens na data da avaliação.
- b) Nas doações, o sujeito passivo do Imposto sobre a Transmissão *causa mortis* e doações de quaisquer bens ou direitos – ITCMD será o herdeiro ou o legatário.
- c) O Imposto sobre a Transmissão *causa mortis* e doações de quaisquer bens ou direitos – ITCMD pode ser exigido em razão da transmissão onerosa de propriedade imóvel.
- d) O Imposto sobre a Transmissão *causa mortis* e doações de quaisquer bens ou direitos – ITCMD é devido pela alíquota vigente ao tempo da avaliação.

92. Assinale a alternativa correta.

- a) O Imposto sobre a Transmissão *inter vivos* a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis – ITBI não incide sobre enfiteuse, servidão e usufruto.
- b) A base de cálculo do Imposto sobre a Transmissão *inter vivos* a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis – ITBI é o valor venal dos bens imóveis transmitidos.
- c) O Imposto sobre a Transmissão *inter vivos* a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis – ITBI incide sobre anticrese, hipoteca e penhor.
- d) O Imposto sobre a Transmissão *inter vivos* a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis – ITBI pode ser exigido em razão de promessa de compra e venda.

93. Assinale a alternativa correta.

- a) O funcionário público que exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, pratica o crime de prevaricação.
- b) O funcionário público que pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem, pratica o crime de prevaricação.
- c) O funcionário público que deixa, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente, pratica o crime de prevaricação.
- d) O funcionário público que retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, pratica o crime de prevaricação.

94. Assinale a alternativa correta.

- a) O agente que falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem, comete o crime de certidão ou atestado ideologicamente falso.
- b) O agente que falsifica, fabricando ou alterando, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro, comete o crime de moeda falsa.
- c) O agente que atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem, comete o crime de falsidade material de atestado ou certidão.
- d) O agente que reconhece, como verdadeira, firma ou letra que o não seja, comete o crime de falso reconhecimento de firma ou letra.

95. Assinale a alternativa correta.

- a) O agente que subtrai coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou, depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência, pratica o crime de furto.
- b) O agente que subtrai coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou, depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência, pratica o crime de extorsão.
- c) O agente que subtrai coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou, depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência, pratica o crime de extorsão qualificada.
- d) O agente que subtrai coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou, depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência, pratica o crime de roubo.

96. Assinale a alternativa correta acerca da ação penal.

- a) Será admitida ação penal privada nos crimes de ação penal pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.
- b) O Ministério Público poderá desistir da ação penal.
- c) A representação será retratável em qualquer fase do procedimento.
- d) Nas ações penais privadas, o perdão concedido a um dos querelados não se estenderá aos demais.

97. Assinale a alternativa correta.

- a) O agente que se opõe à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo, ou a quem lhe esteja prestando auxílio, pratica o crime de desacato.
- b) O funcionário público que devassa o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporciona a terceiro o ensejo de devassá-lo, pratica o crime de violação de sigilo funcional.
- c) O funcionário público que se apropria de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem, pratica o crime de peculato mediante erro de outrem.
- d) O estrangeiro que usa, para entrar ou permanecer no território nacional, nome que não é o seu, pratica o crime de falsa identidade.

98. Em 2012 quem recebeu o Prêmio Nobel da Paz?

- a) Barack H. Obama
- b) Ellen Johnson Sirleaf, LeymahGbowee, Tawakkol Karman
- c) União Européia
- d) Liu Xiaobo

99. Para realizarem suas análises comparativas entre as nações, os economistas utilizam alguns indicadores econômicos. Um dos indicadores mais acompanhados nesse cenário é o Produto Interno Bruto (PIB). Como cada país possui uma moeda diferente em valor nominal, no intuito de equipará-las convencionou-se utilizar o dólar americano para a conversão dos valores. Segundo esse critério, quais são os três países considerados as maiores potências mundiais em relação ao PIB atualmente?

- a) Estados Unidos da América, China e Japão
- b) Estados Unidos da América, Brasil e China
- c) Estados Unidos da América, Japão e França
- d) Estados Unidos da América, Japão e Alemanha

100. A Organização Mundial do Comércio (OMC) pela primeira vez na história, elegeu um latino-americano para ser o seu Diretor-Geral. Durante os últimos 15 anos esse brasileiro trabalhou de forma contínua como embaixador do Brasil perante a OMC, sendo um dos poucos que teve a coragem para contestar os subsídios agrícolas americanos e europeus, fato que proporcionou ao Brasil e aos países em desenvolvimento vitórias legais de grande significado. Como se chama o novo Diretor-Geral da OMC?

- a) Celso Amorim
- b) Antônio de Aguiar Patriota
- c) Pascal Lamy
- d) Roberto Azevêdo